

Itamar quer apoio de governadores a austeridade

HELIVAL RIOS

O presidente Itamar Franco e o ministro Fernando Henrique Cardoso, da Fazenda, estão se preparando para uma rodada de entendimentos com os governadores, para pedir-lhes uma sólida contribuição à nova etapa do ajuste econômico em preparação pela equipe econômica do governo. Basicamente, o governo quer duas coisas dos governadores: compreensão diante das dificuldades vividas pelo País; e cooperação com alternativas de austeridade, para que se adotem soluções definitivas contra a crise econômica.

A exemplo do que vem fazendo o Governo Federal, os estados e os municípios vão ter também de rever os seus orçamentos, de modo a se adequarem a menores transferências voluntárias de recursos do Governo Federal. Os governadores devem também buscar o entendimento com o Governo Federal sobre dois pontos cruciais: necessidade de se estancar a "sangria" provocada nas contas públicas pelos bancos estaduais; e cooperação para aceitar um novo rateio das funções públicas, de modo a se retirar uma sobrecarga, hoje existente, sobre a União.

No caso dos bancos estaduais, a nova equipe econômica, comandada pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, entende que é preciso tapar o quanto antes este "ralo" pelo qual há décadas vêm escoando os recursos públicos.

Para isso, o governo deverá alterar a sistemática de concessão de empréstimo de liquidez, junto ao Banco Central, e extinguir o sistema de liquidações extrajudiciais. Por este sistema atualmente em vigor, alguns governadores gastam o que não têm e cobrem seus déficits orçamentários com recursos dos bancos estaduais que ficam no vermelho e, em seguida, recorrem aos empréstimos do Banco Central, para zerar suas posições.

No passo seguinte, não dão conta de pagar o que devem ao Banco Central, pelo que são submetidos a um processo de liquidação ex-



O caixa dos bancos estaduais deverá estar entre os principais assuntos a serem tratados por Itamar e Cardoso com os governadores

trajudicial. Nesse processo, o Banco Central nomeia interventores para o banco estadual, saneia-o, em seguida, devolve-o às mesmas administrações responsáveis pela bancarrota do banco.

Com o fim da liquidação extrajudicial, tudo isso acaba. Toda a liquidação passará a ser judicial, o que significa punição para os responsáveis pela bancarrota do banco estadual e o fim da injeção de recursos do Banco Central no banco "falido".

Pelo sistema atual, na prática, cada banco estadual acaba funcionando como uma espécie de "banco central" local, com poder de "emitir" moeda, isto é, de gastar o que não tem, deixando que a conta,

no final de tudo, seja paga pelo Banco Central, com os recursos federais.

O fim da sangria provocada pelos bancos estaduais vai ajudar em muito à reformulação de um acordo do governo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), já que, segundo os conceitos daquela instituição, o controle das contas públicas de um país cliente do Fundo, tem de compreender quatro esferas: Governo Federal central, empresas estatais, governo estadual e governo municipal. Sem o controle dos bancos estaduais, segundo se diz no Ministério da Fazenda, não será possível se obter um bom resultado no controle das contas do setor público como um todo (União, Esta-

dos e Municípios).

O presidente Itamar Franco e o ministro Fernando Henrique Cardoso querem, ainda, que os governadores aceitem um novo rateio das funções de governo, de modo a corrigir uma situação perversa criada pela Constituição de 1988, que retirou elevadas parcelas de recursos do Governo Federal, transferindo-se para as esferas estadual e municipal, mas deixou as funções com o Governo Federal.

Segundo se diz no Ministério da Fazenda, das duas uma: ou as administrações estadual e municipal ficam com os recursos e assumem novas funções (como a manutenção de escolas, saúde, reparo de estradas etc), ou então abrem mão

dos recursos para a esfera federal, para que as funções possam ser cumpridas. O ideal, dentro de uma proposta de descentralização administrativa imaginada na Fazenda, é que os estados e municípios fiquem com os recursos já transferidos pela Constituição de 1988, mas aceitem novas funções administrativas.

Estas duas mudanças importantes — controle dos bancos estaduais e rateio de funções administrativas — têm de ser feitas já, segundo entende o Ministério da Fazenda, sem esperar pela revisão constitucional. Se houver entendimento político entre governo, Congresso e governadores, não há por que esperar a revisão — dizem assessores do ministro Fernando Henrique Cardoso.